

A AUTORIDADE CLIMÁTICA E OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NO BRASIL

A Marina Silva, ainda na época da campanha eleitoral de 2022, propôs a Lula a criação do cargo de uma Autoridade Climática, que seria, no organograma da administração federal, a responsável pelo enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A proposta foi bombardeada pelo agronegócio, sempre temeroso do empoderamento de Marina Silva.

Esse dilema sintetiza o cerne de um dos maiores desafios que a política ambiental brasileira enfrentou e continua enfrentando: a constante tensão entre o desenvolvimento sustentável e interesses econômicos imediatos que, muitas vezes, se alinham com a expansão do agronegócio e o desmatamento ilegal.

Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente e uma das principais líderes ambientais do país, à época da campanha de Lula, propôs a criação de uma Autoridade Climática para fortalecer a governança sobre as questões ambientais e climáticas. O conceito era ambicioso: uma entidade com autoridade real e autonomia para coordenar políticas voltadas à mitigação das mudanças climáticas, ao combate ao desmatamento e à promoção de práticas sustentáveis em diversos setores. Essa autoridade poderia, em tese, ter maior peso na implementação das metas ambientais estabelecidas pelo Brasil em compromissos internacionais, como o Acordo de Paris.

A proposta de uma Autoridade Climática, embora idealizada para enfrentar o desafio urgente das mudanças climáticas, encontrou barreiras políticas que foram além de uma simples discordância técnica. O agronegócio, um dos setores mais poderosos e influentes da economia brasileira, viu na ideia um potencial obstáculo a seus interesses econômicos. O setor, que é historicamente responsável por uma significativa parcela do desmatamento na Amazônia e em outros biomas, percebeu a proposta de Marina Silva como uma ameaça direta à sua liberdade de expansão e ao modelo de exploração dos recursos naturais que sustenta sua lucratividade.

Em um Congresso onde as bancadas ruralista e do agronegócio exercem enorme influência, não foi surpresa que houvesse resistência à ideia. Afinal, a criação de uma Autoridade Climática significaria dar maior poder a uma estrutura que inevitavelmente restringiria certas práticas do agronegócio, impondo limites ao desmatamento e exigindo práticas mais rigorosas de sustentabilidade. As metas de preservação ambiental, frequentemente vistas como antagônicas ao crescimento econômico de curto prazo, tornaram-se um ponto de conflito.

A proposta de Marina Silva foi engavetada, mas os problemas climáticos continuaram a crescer em escala e gravidade. A falta de uma política climática centralizada e forte tem consequências significativas para o Brasil. Os dados de desmatamento na Amazônia continuam alarmantes, e as mudanças climáticas estão impactando diretamente o agronegócio, com secas, enchentes e eventos extremos cada vez mais frequentes.

A desmobilização da agenda climática durante governos que sucederam o primeiro mandato de Lula, e mesmo em seu terceiro governo, demonstra o impacto profundo que os lobbies econômicos exercem sobre as políticas públicas. Em um cenário onde as prioridades econômicas imediatas se sobrepõem às demandas ambientais, o Brasil viu enfraquecer o papel do Ministério do Meio Ambiente e das agências de fiscalização, como o IBAMA, enquanto o desmatamento continua alto, em que pese um pequeno progresso.

A tentativa de Marina de implementar uma estrutura mais robusta e independente, capaz de articular esforços interministeriais e coordenar a resposta do Brasil às mudanças climáticas, foi neutralizada antes mesmo de se tornar realidade. No entanto, o que se viu a partir desse ponto foi um enfraquecimento generalizado das políticas ambientais que, mesmo com a liderança de Marina Silva no Ministério, encontrou limitações devido à força do agronegócio e da bancada ruralista.

A ausência de uma Autoridade Climática tornou-se evidente em vários momentos críticos da história recente do Brasil. A alta no desmatamento, a destruição de áreas de proteção ambiental e o aumento das queimadas são reflexos de uma governança ambiental fragilizada. Em várias ocasiões, a falta de uma liderança central para enfrentar os desafios ambientais resultou em uma política ambiental fragmentada, com pouca capacidade de enfrentar os interesses que promovem a degradação.

Além disso, os compromissos internacionais do Brasil em fóruns como as Conferências do Clima da ONU (COP) têm se tornado progressivamente difíceis de cumprir. As metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e proteção dos biomas brasileiros se chocam constantemente com políticas internas que favorecem o desmonte de regulamentações ambientais e o incentivo ao uso descontrolado de terras para a agropecuária.

O ressurgimento de Marina Silva no governo de Lula em 2023 traz uma nova esperança para a implementação de uma agenda climática mais robusta. No entanto, as circunstâncias políticas ainda são desafiadoras. O lobby do agronegócio continua poderoso, e o governo precisa equilibrar suas políticas para garantir que a economia não sofra um impacto negativo imediato. Mas a pressão por uma mudança de direção vem tanto da sociedade civil quanto da comunidade internacional. A urgência da crise climática e a responsabilidade do Brasil na

preservação de um dos maiores biomas do planeta são fatores que colocam o país em uma encruzilhada.

A criação de uma Autoridade Climática, embora ainda incerta, seria um passo crucial na consolidação de políticas ambientais sérias e eficazes. Tal entidade poderia ajudar a unificar esforços em várias frentes: combate ao desmatamento, incentivo à energia renovável, fortalecimento da bioeconomia e maior controle sobre as emissões de gases de efeito estufa. Para que isso ocorra, entretanto, será necessária uma mudança de paradigma no Congresso e no setor econômico, onde os interesses de curto prazo precisam ser equilibrados com a necessidade de preservar o meio ambiente para as futuras gerações.

A proposta de uma Autoridade Climática, embora arquivada no passado, continua sendo relevante e necessária. Se o Brasil deseja realmente liderar o debate global sobre meio ambiente e mudanças climáticas, é imperativo que crie mecanismos institucionais fortes, que não possam ser facilmente enfraquecidos pelos interesses de setores econômicos poderosos. O futuro do país, sua biodiversidade e sua população dependem da capacidade de implementar políticas que sejam tanto socialmente justas quanto ecologicamente sustentáveis.

O desafio é grande, mas o Brasil, com sua vasta riqueza ambiental, tem a oportunidade de se tornar um exemplo global de como conciliar crescimento econômico com preservação ambiental. Para isso, a criação de uma Autoridade Climática poderia ser o primeiro passo de muitos em direção a um futuro mais sustentável.